



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social e ruralidades em  
tempos de emergências climáticas



GT 2

## TEXTO SÍNTESE

Resistências indígenas,  
quilombolas e de povos e  
comunidade tradicionais: lutas  
pela terra, ecologia e criatividade



Realização



## **GT 2 - Resistências indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais: luta pela terra, ecologia e criatividade política**

### **TEXTO SÍNTESE**

Coordenadores:

**Janaina Betto** - Pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior CNPq  
(PPGCSociais/UFSM)

**Marcelo Artur Rauber** - Pesquisador de Pós-Doutorado FAPERJ  
(PPGAS/MN/UFRJ)

A proposta de criar um grupo de trabalho no Encontro da Rede de Estudos Rurais, que fosse direcionado exclusivamente às resistências indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais se justifica diante da importância destes na conformação do mundo rural brasileiro, bem como pela centralidade que esses grupos assumem diante de situações contemporâneas de conflitos por terra e de intensificação da crise ecológica.

Ataques e confrontos diretos contra essas populações muitas vezes são articulados com o uso de instrumentos jurídicos e de instituições políticas (Santos e Martins, 2022). A disputa política, por sua vez, expressa-se especialmente a partir das investidas da representação patronal da agropecuária ao longo dos últimos 20 anos (Tavares e Moreira, 2022) e de uma série de iniciativas da chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional na última década (Pereira, 2022; Rauber, 2021). Essas situações de conflito, por si só, já justificam a necessidade de um espaço qualificado de trocas e reflexões acerca das resistências diversas do rural brasileiro.

Além disso, entendemos que, apesar das contínuas ofensivas sobre seus modos de vida, esses segmentos persistem e se reinventam, a exemplo da crescente organização política de povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais no período pós-1988 e do destaque atual da mobilização feminina indígena (Betto, 2022). Portanto, a criação do GT vem da intenção em se acolher e conectar diferentes pesquisas sobre resistências indígenas, quilombolas e de populações etnicamente diferenciadas, no que tange às suas lutas pela terra e por direitos, seus modos políticos na relação com opositores, com o Estado (movimentos sociais, protestos, marchas, candidaturas) e também suas resistências cotidianas.

Busca-se com isso ampliar a visibilidade às resistências diversas do rural brasileiro e dar centralidade aos desafios teóricos e analíticos fundamentais que estas colocam aos estudos rurais, de maneira com que as questões que suscitam fiquem no centro do debate do GT e não em segundo plano em relação a outros temas considerados “englobantes”. Nesse sentido, entendemos que a aprovação do GT e o recebimento de um grande número de trabalhos deve ser celebrado como uma conquista que inscreve na história da Rede de Estudos

Rurais um valioso passo no reconhecimento das presenças desses segmentos sociais no rural e da importância destes para o campo dos estudos rurais.

Também reconhecemos que a proposta do GT estava inicialmente mais alinhada às nossas trajetórias de pesquisa, sobretudo, às mobilizações indígenas e à atuação de seus opositores e que a inclusão dos demais segmentos se desenhou enquanto tentativa de aproximá-los das resistências indígenas e, assim, ampliar e qualificar o debate no GT. De todo modo, a partir do conjunto de trabalhos recebidos, notamos a necessidade de dar uma maior atenção ao contexto das resistências quilombolas, foco da grande maioria dos textos recebidos no GT.

Durante os três dias de debate no GT iremos discutir, de maneira transversal, os 17 textos aprovados, os quais são bastante diferenciados entre si. Nosso foco se direciona aos pontos de encontro entre eles, suas abordagens teóricas e analíticas e as questões que colocam ao nosso debate e aos estudos rurais.

Para organizar as discussões ao longo dos dias de encontro do GT, buscamos agrupar os textos em três blocos, não necessariamente estanques nos debates. O primeiro agrupamento de textos enfatiza questões variadas, mas que trazem como ponto comum contextos quilombolas, no que se refere a análises de processos de constituição de comunidades, bem como suas estratégias de reprodução social e de valorização cultural. Assim, começaremos destacando três estudos de caso.

O estudo *Quilombo Rua dos Negros, Canindé de São Francisco, SE: resistência, luta e transformação social*, de Claudia da Cruz Santos e Dayana Cristina Mezzonato Machado, nos demonstra importantes elementos da resistência cotidiana quilombola. Baseado em entrevistas com pessoas antigas do território, o trabalho contribui para a compreensão das vivências da comunidade, as práticas culturais e os desafios enfrentados. Como colocado pelas autoras, o resgate dessas memórias homenageia e contribui para a compreensão do significado da luta quilombola. Um dos principais elementos de força da cultura quilombola apresentados pelas autoras são as festividades, como as festas de São João e São Pedro, que tiveram papel histórico fundamental na preservação da identidade cultural e funcionam como uma forma de conexão com a terra e a ancestralidade africana. O trabalho é apontado como um elemento fundante que demonstra a resistência do Quilombo Rua dos Negros para além da própria subsistência, representando o compromisso com a terra e a resiliência do povo quilombola. Se os espaços educacionais compõem memórias de segregação e discriminação, a conquista de uma escola para a comunidade na década de 1990 significou a superação da exclusão vivenciada por séculos e o surgimento de um novo cenário em que a educação é potencializada como ferramenta de transformação social. Além do devido reconhecimento territorial, a comunidade enfrenta desafios relacionados à justiça social, à preservação cultural, ao fortalecimento da identidade e acesso pleno a direitos.

O trabalho *Campesinato negro no Rio Grande do Sul: a constituição da comunidade quilombola São Miguel*, de Renata de Jesus e Everton Lazzaretti Picolotto, nos apresenta a estratégia de constituição territorial desse quilombo

por meio da aquisição de terras no século XIX. Os autores também retomam o processo histórico de formação populacional da região do atual município de Restinga Sêca (RS), onde se localiza São Miguel, que tornou as populações negra, cabocla e indígena invisibilizados e preteridos frente à preferência do estado pela população imigrante europeia, que avançou sobre seus territórios, apoiados e legitimados pela política de colonização. Mesmo que a historiografia oficial do município aponte como marco fundacional a chegada de imigrantes, a população negra já habitava essa região do estado no século XIX, primeiro como escravizada e no pós-abolição construindo suas próprias formas de subsistência. O processo de formação territorial de São Miguel foi associado à aquisição de terras de grandes proprietários locais, principalmente de áreas de floresta, o que proporcionou a formação de uma série de pequenos povoados de descendentes de escravizados, no qual São Miguel, primeira comunidade a se desenvolver, em 1857, constituiu-se como uma espécie de núcleo central. Esse *campesinato negro* que surgiu a partir da desagregação do sistema escravista acabou sendo um dos principais produtores de gêneros alimentícios na região. Assim, os autores propõem pensar a estratégia de estabelecimento de relações sociais com grandes proprietários locais e a aquisição das terras não apenas sob o aspecto econômico, mas também como formas de criar espaços de resistência cultural, social e econômica, além de afirmação de autonomia territorial.

Os autores enriquecem o conjunto de trabalhos com o conceito de *campesinato negro*, trazendo sua complexidade e suas múltiplas expressões históricas no Brasil. Levando em consideração os trabalhos de Gomes (2012; 2015), os autores conceituam o *campesinato negro* como um conjunto de experiências e modos de vida construídos a partir de diferentes processos de formação territorial, resistência e reprodução cultural que não são homogêneos entre si. Essas experiências podem ter se produzido a partir de terras herdadas de quilombos, doações, compra de terras por escravizados alforriados ou adquiridas através de usufruto, além de migração após a abolição, formando comunidades rurais com modos de produção próprios. Também consideram que esse segmento do *campesinato* tem uma dimensão de resistência e de luta por direitos, muitas vezes articulada com práticas culturais, religiosidade e vínculos simbólicos com a terra, que carregam processos de cura, busca por emancipação e de manutenção de identidades étnico-culturais.

O estudo de Carlos Bauer, Marielen Kaufman e Diego Lemos Ribeiro, *Identidade, territorialidade e patrimônio: o quilombo Vó Ernestina e a preservação da memória cultural* foi produzido a partir da identificação da baixa representatividade quilombola nas exposições e eventos culturais no município de Morro Redondo (RS), onde se localiza essa comunidade. Para além do pouco reconhecimento da cultura e da presença quilombola nesses espaços, os autores apontam como exemplo a invisibilidade das mulheres negras e quilombolas no saber-fazer dos doces da região de Pelotas, reconhecido como patrimônio cultural do Brasil. Como apontado por Gonçalves (1996), existem escolhas sociais que legitimam determinadas memórias em detrimento de outras, refletindo desigualdades históricas. Relacionando práticas culturais, identidade e aspectos simbólicos e afetivos, os autores nos lembram que a territorialidade quilombola não se restringe à posse da terra, mas abrange as relações históricas

e culturais que formam o espaço em que vivem. Os autores consideram que a patrimonialização dos saberes quilombolas ainda enfrenta desafios, principalmente a inserção de suas narrativas nos espaços de representação cultural. Nesse contexto, sinalizam que é importante haver esforço que envolva políticas públicas para garantir escuta ativa para que suas memórias comonhem efetivamente o patrimônio cultural da região de Morro Redondo.

Importante observarmos que as três comunidades dos casos acima estudados têm em comum a morosidade e o protelamento do reconhecimento de seu direito territorial, realidade enfrentada pela maioria dos territórios quilombolas do país. Como aponta Penna (2022), para além dos processos fundantes de expropriação das terras das populações originárias e a exclusão do acesso à terra para população negra, existe uma *seletividade racial* na política fundiária brasileira, em que diferentes agentes tentam influenciar e definir estratégias e ações que dificultam o acesso à terra para a população não branca por meio de múltiplos pontos de veto.

No trabalho *Notas sobre a formação das comunidades quilombolas no sul do Rio Grande do Sul*, Lázaro dos Santos Pereira, Vinicius da Silva Duarte e Marielen Kaufmann, associam os processos históricos e econômicos à atual configuração dos territórios quilombolas na região sul, que concentra atualmente quase um terço dos territórios quilombolas do Rio Grande do Sul. Como apontam os autores, a indústria do charque, que teve seu ápice em 1884, levou à concentração de cerca de 10% da mão de obra escravizada do estado em Pelotas, principal município da região. Mas a chegada de imigrantes europeus afetou a distribuição das comunidades quilombolas, excluindo do acesso à terra e trabalho a população negra e indígena da região. Além disso, como já constatado nos trabalhos anteriores, os processos de imigração europeia contribuíram para a criação de uma representação branca da população do Rio Grande do Sul, inviabilizando a diversidade étnico-racial presente no estado. De modo geral, a presença das comunidades quilombolas nessa região é quantitativamente expressiva, podendo-se confirmar que a presença de comunidades quilombolas na região está associada às charqueadas, demonstrando ainda a permanência e a persistência das comunidades quilombolas ao longo de mais de um século de pós-abolição.

No que tange às estratégias de reprodução social, destaca-se que os textos trazem abordagens do campo do desenvolvimento rural, como a de “cesta de bens e serviços territoriais” e de “cadernetas agroecológicas”, demonstrando suas interfaces com o campo das políticas públicas.

A partir de oficinas realizadas com agricultoras quilombolas de Salvaterra (PA), Evandro Neves e Monique Medeiros elaboraram o estudo *Cesta de bens e serviços territoriais e ação coletiva: reflexões sobre a coconstrução de políticas públicas com agricultoras quilombolas no Marajó*. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) parte do pressuposto que bens e serviços não têm valor intrínseco, mas resultam de processos sociais e institucionais que os tornam visíveis, desejáveis e politicamente reconhecíveis (Cazella *et al.*, 2019; 2020). A proposta dos autores foi explorar a dimensão política e coletiva envolvida na qualificação desses recursos, buscando investigar o aspecto da ação coletiva

nessa perspectiva e propondo uma aproximação analítica entre a CBST e a teoria da ação coletiva. Dialogando essas tradições teóricas distintas, para os autores, ação coletiva é um meio para possibilitar um processo contínuo de negociação, adaptação e afirmação identitária, no qual a gestão dos bens comuns estaria ligada à reprodução das relações sociais e culturais que lhes dão sentido. Refletindo a partir da experiência da ilha do Marajó, os autores consideram que as oficinas com agricultoras quilombolas evidenciaram que o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fortaleceu os vínculos intercomunitários, ultrapassando a dimensão técnica e envolvendo ainda disputas por reconhecimento e negociação de normas institucionais. Ao criarem espaços de diálogo e pressão política para garantir sua presença no PNAE, as ações das agricultoras quilombolas demonstraram que as ações coletivas são tanto causa quanto resultado da ativação da cesta de bens e serviços, com os sujeitos locais atuando como coprodutores das políticas públicas. A partir dessas reflexões, consideram que a CBST oferece uma lente para identificar a riqueza dos territórios além dos "recursos", enquanto a ação coletiva foca nos sujeitos e suas capacidades de articulação e negociação. Para futuras investigações, apontam para a possibilidade de explorar o potencial da CBST como ferramenta de avaliação de políticas públicas para territórios tradicionais, podendo-se expandir a abordagem para outros contextos socioterritoriais, como reservas extrativistas e assentamentos de reforma agrária.

O estudo *Cadernetas agroecológicas: uma ferramenta de resistência frente à ameaça minerária em territórios quilombolas*, de Ana Alice Gomes, Ivana Lovo e Aline Stocco, também foi desenvolvido a partir do trabalho com mulheres quilombolas, nesse caso, de três localidades do Quilombo Queimadas, situado na região do Alto Jequitinhonha, entre os municípios de Serro e Santo Antônio do Itambé. As autoras descrevem um contexto adverso vivenciado pelo quilombo devido a um grande projeto de mineração chamado Projeto Serro, que tem área de influência direta sobreposta ao território da comunidade Queimadas, com o surgimento de diversos conflitos e lançando incerteza sobre as dinâmicas sociais e econômicas da região. A possível instalação do empreendimento provocou alterações no cotidiano das mulheres agricultoras de Córrego da Gameleira, trazendo sentimentos de insegurança, tensão e de certa incompreensão perante os acontecimentos que, por outro lado, geraram um movimento de luta e defesa do território frente aos grandes empreendimentos que possui um forte elemento de protagonismo feminino. As cadernetas agroecológicas foram os instrumentos utilizados para registrar o que foi produzido nos quintais, roças e áreas manejadas pelas mulheres. Nelas, foi registrado o que foi produzido, a quantidade e o destino (consumo próprio, doação, troca ou venda), além do valor monetário estimado dessa produção. As análises das cadernetas demonstraram que dezenas de itens são considerados pertencentes à sociobiodiversidade, como variedades originárias do sudeste brasileiro, demonstrando a importância social e ambiental do trabalho das mulheres quilombolas. De modo geral, as cadernetas permitiram dar visibilidade às mulheres de Queimadas, mesmo nas situações em que não gera renda monetária, contribuindo ainda para o planejamento e a gestão da produção. Além disso, o trabalho desenvolvido contribuiu para trazer elementos

para argumentação política de defesa das comunidades diante da ameaça territorial proporcionada por grandes empreendimentos de mineração.

Em se tratando particularmente do contexto quilombola, é importante evidenciar que, até o início dos anos 2000, os modos de vida e de organização das comunidades rurais negras eram praticamente desconhecidos no contexto dos estudos rurais no Brasil, assim como o próprio Estado brasileiro não os reconhecia enquanto unidades singulares do contexto agrário e camponês (Quadros, Anjos e Lopez, 2021). Além disso, não podemos esquecer que no período colonial, os quilombos foram considerados pela legislação vigente como organizações criminosas (Santos, 2015).

Foi, portanto, diante de um contexto histórico de racismo, invisibilidade e inexistência de políticas públicas direcionadas a estas comunidades, que estas precisaram reinventar seus modos de existência e de reprodução social, sendo somente no período mais recente que se identificam iniciativas de políticas públicas e, conseqüentemente, reflexões sobre esse contexto. Nota-se, portanto, que nas construções dos diferentes contextos de emancipação, as possibilidades são muitas e dependem da combinação de circunstâncias e posições construídas ao longo de trajetórias locais complexas.

Um segundo bloco apresenta textos que abordam contextos quilombolas e a questão racial em sua interface com o mundo agrário. Estes nos brindam com importantes provocações que operam na direção de abertura na noção de resistência, desde seu aspecto cotidiano, de relação com Estado e com opositores e também na relação com a universidade.

Destacamos o texto *Quilombos do Bioma Pampa: resistência, memória e economia circular afrocentrada*, de autoria de Nádia Prestes Baptista, que colabora para pensarmos as contribuições afro-brasileiras na formação histórica, cultural e política do Brasil. Para tanto, aborda a dimensão afrorreferenciada das estratégias de resistência dos quilombos do bioma Pampa no Rio Grande do Sul. A autora traz o caso da constituição da primeira Feira Preta do Rio Grande do Sul, a “Feira Kilombola Akotirene” (Pelotas-RS), em um contexto social em que os mercados tradicionais são predominantemente brancos. Na contramão do racismo que historicamente impede o fortalecimento econômico das comunidades quilombolas, a autora enfatiza o contraponto criado a partir de uma Feira Preta que possibilita a venda direta aos consumidores. Além disso, as práticas agroecológicas dos quilombos são apontadas como tecnologias sociais ancestrais, vinculadas a estratégias da *economia circular* e *economia da cultura*. Indo mais além, traz ao seu texto relatos acerca do profundo vínculo entre as pessoas e suas práticas agrícolas e costumes tradicionais, denotando que mais do que aspectos produtivos, a relação com plantas pode também envolver a potência do cuidado e dos laços comunitários e espirituais, mostrando que a manutenção de modos de vida nos territórios é uma das faces da resistência de comunidades de matriz africana.

Sobre a atuação acadêmica em territórios quilombolas, o texto de Tábata Silveira, Marina Costa Stringhini e Natalia Fiuza da Silva - *Da Universidade ao Quilombo: reflexões epistemológicas dissidentes e contra-Histórias do*

*Quilombo Von Bock* - traz contribuições ao grupo para se repensar posturas acadêmicas na prática de pesquisa junto às comunidades quilombolas. As autoras refletem, com base em suas experiências e nos relatos das comunidades, sobre uma prática de extrativismo predatório por parte da universidade. As reflexões se alicerçam em conceitos como o de *antinegritude* e no reconhecimento de uma dimensão *antinegra* presente também na universidade. As autoras se questionam: seria possível reconhecer o impacto da desumanização negra no campo da pesquisa social e então restituir a humanidade das pessoas desumanizadas de maneira a impactar a produção científica? Para responder ao próprio questionamento, se valeram de noções como *recomposição de arquivo* e *contra-história*, a partir da experiência com o Quilombo Von Bock, para contar histórias sem cometer mais violências no próprio ato de narrá-las. Assim, demonstram a importância da universidade assumir um gesto de “demorar-se” nas críticas vindas das comunidades e, então, reposicionar o lugar da atuação universitária, neste caso, o lugar de quem pesquisa.

O texto *Pias, calhas e geladeiras: as próteses de raça nos quintais produtivos das agricultoras do Arizona/RN*, de autoria de Murilo de Oliveira Carvalho e Camila Penna de Castro, abre reflexões acerca do embaralhamento entre o natural e o artificial nos quintais produtivos de mulheres negras rurais no nordeste brasileiro. Diante disso, contornam a insuficiência evidenciada nas dicotomias humano/natureza e natureza/tecnologia como chaves analíticas para esse contexto por meio da noção de *prótese de raça*. Na visão dos autores, pensar raça como uma prótese permite notar os embaralhamentos entre o natural e o artificial, cuja materialização remete ao início da escravidão negra, onde o negro foi coisificado, proteticamente racializado, transformado em prótese do branco e da *plantation*. Nessa direção, argumentam que a prótese de raça naturaliza a presença negra em certos espaços e junto a presença de algumas matérias, como por exemplo, os agrotóxicos. Por outro lado, argumentam que do mesmo modo que a prótese se materializa fora do corpo por meio de matérias destrutivas que adoecem corpos negros, ela também aproxima tecnologias que possibilitam a criação de estratégias vinculadas à experiência vivida de ser negro, como conhecimentos ancestrais e manejo dos quintais que, para além de um aspecto produtivo, materializa uma forma de estar no mundo. Os autores exemplificam a partir de matérias como pias, calhas e geladeiras, onde a cozinha no quintal aparece como uma prótese de raça materializada no espaço, uma extensão da potencialidade dessas mulheres negras, pois é onde produzem alimentos para a família e a comunidade, onde lavam louças enquanto riem, conversam e se alimentam, onde se aproveita a água da chuva e se realizada seu armazenamento durante a estiagem. Como posto pelos autores, trata-se de matérias para superar os desafios cotidianos que acompanham o negro desde a escravidão e, por isso, são tomadas como *próteses negras territorializadas*.

O texto de Aline Miranda Barbosa, *R-existências quilombolas: conflitos territoriais e racismo ambiental na chapada diamantina (Bahia)* apresenta o cenário de conflitos e as *r-existência* das comunidades quilombolas da Bahia diante da expansão de empreendimentos de mineração, agropecuária e energia. O conceito de *r-existência* utilizado pela autora foi formulado por

Porto-Gonçalves (2006) e diz respeito a formas de existência que são forçadas a resistir diante dos processos de destruição impostos pela lógica do capital. Barbosa também recorre aos conceitos de extrativismo e neoextrativismo para apoiar a compreensão dos processos de subjugação e exploração de determinados corpos e da natureza ocorrendo de forma aliada e em benefício do capital. O levantamento espacial dos empreendimentos extrativistas realizado no trabalho demonstra ampla presença e distribuição dessas atividades na região, inclusive com ocorrências de sobreposição aos territórios quilombolas de Seabra (BA), revelando uma disputa pela natureza. Segundo a autora, o contexto da Chapada Diamantina e região demonstra que os conflitos sobre a exploração da natureza recaem sobre as comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, grupos historicamente afetados, e seus territórios são convertidos em atuais e/ou futuras “zonas de sacrifícios” (Machado Araújo, 2016). A autora ainda aponta a configuração agrária como elemento central a ser considerado, pois a propriedade e acesso à terra funcionam como pano de fundo para o cenário de disputa pela natureza e pelo território. Além disso, assim como em outros trabalhos deste GT, Barbosa aponta as celebrações e os festejos das comunidades quilombolas como importantes expressões de *r-existência* que se nutrem do passado e apontam para um futuro “em que o encontro entre gerações e a relação com a natureza acontecem em função da vida, constituindo-se, assim, como formas de r-existências”.

No trabalho *Em (e)Estado de alerta: disputas territoriais travadas entre comunidades e empresas minerárias nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim - MG* Higor Lacerda e Andrey Souza discutem as implicações da instalação de estruturas relacionados à mineração, como barragens de rejeitos, diques de sedimentos e zonas de autossalvamento (ZAS), que tem gerado tensões e disputas em territórios tradicionalmente ocupados por comunidades negras e rurais. Todas as comunidades estudadas estão inseridas em áreas classificadas como ZAS, que impõem limites e condicionantes às formas de ocupação e uso da terra, consolidando um quadro de insegurança e depreciação territorial permanente. Como apontam os autores, o arcabouço legal e institucional que frequentemente favorece o avanço das empresas mineradoras, reproduzindo lógicas de expropriação territorial e moldando o espaço para favorecer os interesses do capital e colocando em xeque o usufruto da terra pelas comunidades tradicionais. Nesse cenário, a instalação de estruturas relacionadas à mineração em áreas de comunidades negras e rurais, secundarizando seus direitos, impactando seus modos de vida e seu cotidiano traz indícios importantes para compreensão do racismo estrutural e ambiental, pois as consequências da mineração recaem de maneira desproporcional sobre essas comunidades, aprofundando desigualdades raciais e territoriais.

Outro tema que aparece com destaque entre os textos, diz respeito às resistências quilombolas desde a relação com o Estado, seja no aspecto das lutas quilombolas e sua interface com instituições públicas ou, ainda, nas disputas e instrumentos jurídicos em torno do processo de titulação de territórios quilombolas no Brasil.

O tema da relação com o Estado desde instrumentos jurídicos em torno do processo de titulação aparece no texto *Territórios quilombolas em disputa: a experiência do TED INCRA/UFSM/UFRGS na elaboração de RTIDs*” de autoria de Isabelle Rosatto Cesa, Aline Silva Rodrigues e Vanderlei Franck Thies. Esse texto evidencia que Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) vão além da dimensão técnica e configuram arenas de disputa política, metodológica e epistemológica, sobretudo, desde o choque entre normativas estatais e modos de vida quilombolas e o papel da universidade em “traduzir” realidades diante dos marcos institucionais. No caso relatado, o TED INCRA/UFSM/UFRGS é apresentado como via de transferência de recursos destinados à elaboração de RTIDs para cinco comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. Essa experiência tem levado as autoras a refletir sobre contradições inerentes ao encontro entre modos de vida quilombolas e a burocracia estatal que tenta captar formas de vida que se ancoram em tradições orais, vínculos afetivos e práticas comunitárias. Diante disso, as autoras tecem críticas à abordagem técnica restrita por reproduzir desigualdades e silenciar conflitos, o que pode ser driblado a partir da constituição de equipes qualificadas e comprometidas com princípios da justiça social, de respeito à diversidade e à autonomia dos povos, para que RTIDs sejam ferramentas de afirmação territorial. As autoras também não deixam de notar e questionar o contexto de ausência de orçamento regular e estruturado para o processo de regularização fundiária quilombola, cuja demanda exige financiamento público contínuo. Essa perspectiva nos faz refletir de que a demanda em questão se trata do cumprimento dos direitos territoriais dos remanescentes de quilombos do Brasil, garantidos por diversos aparatos legais.

O texto de autoria de Lauren Suzana Rodrigues e Camila Penna de Castro, *Hackeando o Estado: normatização de direitos territoriais como estratégia de luta quilombola em um mundo antinegro*, analisa a ação do Estado em relação às comunidades quilombolas, a partir do entendimento da *antinegitude* como uma dimensão estruturante do mundo moderno, que se manifesta por meio da morosidade burocrática e da contestação sistemática de direitos territoriais quilombolas e da contínua violência racial com essas populações. As autoras se dedicam a pensar a luta quilombola como multifacetada e criativa, na qual as composições com o Estado emergem enquanto uma das estratégias de resistência com vistas à garantia de direitos territoriais, ainda que este mesmo Estado mantenha alianças com setores que controlam suas estruturas de poder e questionam sistematicamente os mecanismos que visam a garantia de direitos territoriais quilombolas, a exemplo dos laudos antropológicos. Com isso, enfatizam que para pensar política de titulação é fundamental pensar a questão racial que ela suscita, de um ideário de nação branco que se vê “ameaçado” e que transforma o Estado em máquina de captura de terra na forma de propriedade privada. Em contraposição, a presença quilombola na forma de composição dentro e com o Estado para inscrição de normas legais que garantam direitos quilombolas, como afirmam as autoras, deve ser considerada uma dimensão da luta quilombola. Destacam ainda a ideia de bricolagem, como uma resposta para a falta de padronização nos processos de titulação, como um processo de adaptação criativa de procedimentos, normas e estratégias por parte de comunidades, movimentos, órgãos públicos e outros atores, como maneira de lidar com a burocracia em prol dos direitos das comunidades

quilombolas, tornando-se, assim, fissuras na estrutura *antinegra*. Mesmo assim, enfatizam, a aplicação das normas e leis em favor de negros parece continuar dependente da anuência de brancos e da não interferência no seu direito “inquestionável” de ser proprietário.

Esse agrupamento nos auxilia em destacar o ponto de vista do GT em nomear os processos de resistência desses segmentos sociais como movimentos de criação de possibilidades de vida. Essa perspectiva vem do diálogo com o trabalho que Vieira (2015) desenvolveu com a comunidade quilombola da Malhada, no Alto Sertão Baiano, onde a *pirraça* revela um modo político quilombola ante a pressão exercida por grandes empreendimentos (setores eólico e nuclear), na direção de criação de possibilidades de seguir existindo como quilombola.

Isso coloca em questão que o que está em jogo nas lutas das comunidades tradicionais no Brasil não é apenas a formação de grupos reconhecíveis pelo Estado, mas também a manutenção de singularidades de modos de criar a vida, que “insistem” mesmo diante dos contínuos movimentos destrutivos capitalistas e colonialistas.

Do mesmo modo, Quadros, Anjos e Lopez (2021) afirmam que, diante dos contextos de exclusão e segregação, as comunidades quilombolas constituem modos criativos na relação com a terra. Eles nos mostram que ser quilombola é integrar uma *ontologia plural*, onde o termo remete a uma identidade, mas também a uma pragmática de afrontamentos e agenciamentos para reinventar a possibilidade de vida.

Nessa direção, lembramos da perspectiva de Nascimento (1980) que localiza o *quilombismo* como uma *ideia-força*, algo como um movimento que engloba inúmeras práticas associativas que sustentavam e ainda sustentam a demanda por se assegurar existência e emancipação negra diante de uma sociedade racista. As resistências não são homogêneas, pois carregam possibilidades variadas de projetos de liberdade de setores nas margens.

Assim, buscamos alimentar uma perspectiva sobre as resistências diversas do rural que se encontra com as provocações do Nego Bispo (Santos, 2015), de que se tratam de povos *contracolonizadores*, pois diante da colonização, estabeleceram processos singulares de defesa de seus territórios e de reconstituição de seus modos de vida. Modos estes que seguem em risco, diante da ação de opositores e também da já mencionada *seletividade racial* do próprio Estado, que opera pela garantia do direito absoluto da propriedade privada, em detrimento das concepções tradicionais de terra/território dotadas de sentidos de pertencimento coletivo e uso comunal (Penna, 2022).

Por fim, apresentamos ainda um terceiro bloco de textos. Começamos destacando as provocações acerca de outro tema presente nos trabalhos do GT: as particularidades do modo de ação política do movimento indígena. Gilberto Vieira dos Santos e Antonio Thomaz Junior abordam a questão das retomadas de terras indígenas no texto *Retomadas indígenas como expressão da recuperação territorial*. A ação de retomada de terras por parte de grupos indígenas, em especial do povo Xavante, é apresentada pelos autores como um

fenômeno próprio destes povos que se conecta aos vínculos anteriormente estabelecidos, a modos particulares de relação ancestral com determinado território, em contraposição a outros modos que lhe são impostos (como o confinamento em reservas). A retomada é apresentada como reavivamento da memória de um povo e sua importância é salvaguardada diante do valor histórico e atual desse modo de ação política para o retorno indígena aos territórios ancestrais, bem como o destaque que esse modo de ação política tem ganhado suscitando ampla oposição de setores ruralistas. Nesse sentido, cabe destacar a existência de uma sólida literatura que tem tratado da *forma retomada* de luta pela terra, a exemplo da proposta de Alarcon (2013) de variação da forma acampamento de Lygia Sigaud, onde se destaca a sua complexidade e os múltiplos retornos que uma retomada de terras engendra (parentes, práticas tradicionais, floresta, outros não-humanos). As retomadas indígenas nos instigam a repensar o ideário do progresso presente em perspectivas de desenvolvimento rural centradas em dualismos como tradicional e moderno e no princípio da não concomitância (Nunez, 2021) que se herda da colonização.

Ferdinand (2022) fala sobre o matricídio causado pela *plantation*, como um apagamento de relações matriciais com a terra enquanto um sistema de crença referencial para diversos povos. Por outro lado, o autor também destaca que em resposta a este apagamento violento, os povos têm apostado na recriação dos vínculos de reciprocidade com os territórios, em um processo de *matrigênese*. Nessa direção, modos políticos indígenas como as retomadas revelam que modos de lutar também são modos de se habitar a terra (e vice-versa).

O texto *Redes e terras indígenas guarani: reflexões a partir do conceito de territórios ancestrais* de autoria de Neide Barroca Faccio e Luís Antonio Barone também reflete acerca dos sentidos de território tradicional para povos indígenas e contrapõe a concepção moderna que orienta legalmente o reconhecimento e demarcação de terras indígenas pelo Estado brasileiro. Os autores argumentam que a concepção de território dos Guarani é indissociável da perspectiva de redes espaciais, devido ao caminhar Guarani, o que desafia a visão do direito, pois não se trata de redes como totalidades fechadas e sim flexíveis. Para tanto, aborda-se a legislação em torno dos monumentos arqueológicos e pré-históricos no Brasil, sua relação com terras indígenas arqueológicas (sítios arqueológicos) e a importância destas para processos demarcatórios, bem como as manobras legais e ilegais utilizadas para se avançar com grandes empreendimentos nessas áreas. Os autores consideram que povos indígenas poderão reivindicar esses territórios ancestrais e garantir a sua mobilidade, com o apoio da arqueologia e suas ferramentas. O texto ainda destaca o aspecto de “guerra sem fim” na perspectiva Guarani acerca da luta indígena que persiste desde a invasão.

Outro texto que compõe este terceiro agrupamento - *Agroecologia como resistência ontológica: autonomia e ancestralidade na Teia dos Povos Em Luta do RS* - de autoria de Eduarda Paz Trindade, analisa as cartas das Jornadas de agroecologia da Teia dos Povos no Rio Grande do Sul, rede articuladora que congrega comunidades indígenas, quilombolas, camponeses e urbanas

marginalizadas. Para a autora, os referidos documentos são mediadores que comunicam os agenciamentos da rede na sua proposta de *resistência ontológica*, onde a autonomia tem centralidade. A agroecologia é apontada pela autora como um eixo central que articula todos princípios desta rede e transcende o corpo técnico-produtivo, assumindo a forma de projeto de mundo. Diante desse projeto, destaca que não se trata da criação de novas redes de solidariedade, mas sim de um ato de fortalecimento e articulação entre redes de solidariedade já existentes, fundamentos de diferentes modos de vida ancestrais destas comunidades. A autora aponta que uma rede diversa e plural não está isenta de tensões e desafios, como contradições internas e dificuldades de conciliar cosmovisões distintas. Ainda assim, a sua pluralidade é indicada como princípio organizador da Teia e a multiplicidade de modos de viver como potência dos povos em luta.

Por fim, destacamos as provocações acerca da dicotomia rural/urbano, trazidas pelo texto *Territórios tradicionais no Brasil para além da dicotomia rural e urbano* de Camila Carneiro, Luiz Antônio Oliveira e Elisângela Sanches Januario. Os autores chamam atenção a uma questão que abre diálogo com um aspecto central nos estudos rurais, a dicotomia rural e urbano, ao destacar como territórios tradicionais têm sido pensados a partir de uma polarização entre o que é lido como rural e o que é lido como urbano. Em especial, o texto aponta para o quanto essas territorialidades específicas caracterizam comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, desestabilizam essa dicotomia, mostrando que as fronteiras entre rural e urbano são relacionais e instáveis e que, desse modo, o imaginário evolucionista da urbanização generalizada se enfraquece. Apontam, ainda, que existe uma anterioridade destes territórios em relação à constituição das próprias cidades. Na perspectiva dos autores, assumem o aspecto de territórios fronteiraços - ou áreas de confluência - e a não consideração desta particularidade gera a condição de um “fora do lugar”. Conforme colocado pelos autores, a dificuldade em se reconhecer territórios habitados por comunidades tradicionais no Brasil desafia a própria ideologia territorial do Estado.

Almeida (2007), ao tratar da pluralidade de movimentos que emergem em torno da categoria de povos e comunidades tradicionais, fala em novos recortes de lutas pela redistribuição do espaço natural humano, para além da terra como suporte para a agricultura. Para o autor, por muito tempo, a ruralidade foi tomada como o outro da urbanidade, devido a uma aparente unidade de “civilizações camponesas”, justapostas como um único construto analítico pelo seu outro, o urbano.

No entanto, a trajetória anteriormente prevista, de desaparecimento dos múltiplos regimes e modos de vida tradicionais, suplantados pela modernidade, teve como importante derrota as brechas jurídicas abertas a partir das lutas pela terra durante o processo constituinte, as quais se tornaram barreiras para a absorção de todas as terras para a exploração capitalista (Almeida, 2023). Para o autor, as conformações atuais das lutas dos segmentos destas territorialidades específicas exigem também que se fale, na atualidade, na necessidade de uma nova reforma agrária, obra coletiva de múltiplos movimentos em torno da concepção de *terras tradicionalmente ocupadas*.

Relembramos que, durante o VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2018, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, na mesa *Sociedade, desenvolvimento e cidadania na perspectiva do rural brasileiro*, já tecia algumas reflexões críticas sobre esse quadro, apontando a questão agrária como impreterivelmente de “sujeitos plurais e diversos”.

As questões abertas pelos textos recebidos também reafirmam as observações de Wanderley (2011), de que o salto qualitativo nos Estudos Rurais, que se inicia a partir da década de 1980, em grande parte se deve à influência da consolidação de movimentos, suas formulações e demandas. Até então, havia um cenário analítico que dificultava a incorporação da profunda diversidade de situações e de identidades que representam a vitalidade do meio rural brasileiro (Almeida, 2007; Wanderley, 2011), dado o foco dominante ao desenvolvimento da agricultura para explicar o rural. Necessário destacar que isso também se atrela à questão da universalidade da branquitude e do modo colonial de habitar a terra, uma vez que, as diversidades sociais e de modos de vida sempre existiram no rural.

Sabemos que o referido foco, em certa medida, ainda tem centralidade em parte dos estudos que se dedicam a pensar o mundo rural brasileiro, mas como argumenta Almeida (2007), o Brasil é berço de uma gama de questões envolvendo florestas, mares, campos, cujos guardiões ascendem à cena política e cada vez mais estão no centro de discussões de interesse social, como em relação ao tema das emergências climáticas.

Por fim, também apresentamos algumas questões geradoras para guiar nossos debates durante os três dias de encontro do GT2:

- Importância de se dar maior ênfase à dimensão analítica dos textos, sobretudo, às perspectivas teóricas que as sustentam.
- Centralidade da dimensão racial da questão agrária, enquanto chave analítica a ser aprofundada pelo grupo.
- É possível pensar na diferença como uma potência para os Estudos Rurais?
- Como equalizar a racionalidade do Estado com modos de vida tradicionais quando da elaboração de normativas estatais e políticas públicas que se direcionam às comunidades?
- Quais contribuições analíticas advindas dos trabalhos apresentados no GT auxiliam em se avançar em reflexões em torno do tema do Encontro “(In)justiça social e ruralidades em tempos de emergência climática”?

## Referências

ALARCON, D. F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. **RURIS (online)**, Campinas, v. 7, n. 1, 2013.

ALMEIDA, M. W. B. De. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **RURIS (online)**, Campinas, v. 1, n. 2, 2007, p. 157-186.

ALMEIDA, M. W, de. Das narrativas agrárias à nova reforma agrária. **RURIS (online)**, Campinas, v. 15, n. 1, 2023, p. 253-264.

BETTO, Janaina. **Presença, Chamado, Reflorestar**: criações políticas da marcha das mulheres indígenas. Tese (Doutorado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2022.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 3, 2020, p. 193-206.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, set. 2019, p. 49-74.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

GOMES, F. Terra e camponeses negros: o legado da pós-emancipação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012, p. 375-395.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma. 1ªed. 2015.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

MACHADO ARÁOZ, H. O debate sobre o “extrativismo” tem tempos de ressaca. A natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NUNEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom-Diante dos Negacionismos (online)**, Campinas, n. 21, 2021.

PENNA, C. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2022.

PEREIRA, C. F. Agronegócio e segurança jurídica no campo: cenários e gestão das “questões indígenas e quilombolas”. In: RAUBER, M. A.; ALARCON, D. F.; ZUCARELLI, M. C.; SOUZA LIMA, A. C.; PACHECO DE OLIVEIRA, B. P. (Org.) **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados**: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 33-81.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.

QUADROS, M. ANJOS, J. C. G. dos. LOPEZ, J. D. G. Tensões cosmopolíticas na regularização territorial de uma comunidade quilombola no sul do Brasil. **Contemporânea**, v. 11, n.1, 2021.

RAUBER, M. A. **“Prato principal” terras indígenas: O início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Desenvolvimento), 356 f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos - modos e significações**. Brasília: INCTI, 2015.

SANTOS, V. J. R. F.; MARTINS, F. A ofensiva da Famasul aos direitos territoriais indígenas: registros de um antropólogo em campo. In: RAUBER, M. A., *et al.* (org.) **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 203-257.

TAVARES, A. C. D. T.; MOREIRA, E. M. A atuação da CNA na tentativa de desconstrução dos direitos territoriais indígenas. In: RAUBER, M. A.; ALARCON, D. F.; ZUCARELLI, M. C.; SOUZA LIMA, A. C.; PACHECO DE OLIVEIRA, B. P. (org.) **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 117-202.

VIEIRA, S. De A. **Resistência e pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

WANDERLEY, M. De . N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 151p.